

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

FEMINISMO E DITADURA: A INVISIBILIDADE DAS MULHERES MILITANTES NOS REGISTROS OFICIAIS

FEMINISM AND DICTATORSHIP: THE INVISIBILITY OF WOMEN MILITANTS IN OFFICIAL RECORDS

Tereza Ludimila de Castro Cardoso – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Izabel França de Lima – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O presente trabalho analisa a representação das mulheres militantes políticas nos registros oficiais produzidos durante a ditadura civil-militar brasileira, com foco na identificação de práticas de invisibilização e apagamento de suas trajetórias. O objetivo é analisar a representação das mulheres militantes nos registros da Comissão Nacional da Verdade, atentando para as lacunas, os silêncios e os padrões de apagamento que caracterizam o relato oficial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e bibliográfico, fundamentada na análise de conteúdos extraídos de relatórios e documentos oficiais, orientada pela perspectiva crítica de gênero. A análise evidenciou que, apesar da expressiva atuação feminina nos movimentos de resistência, a maioria dos registros históricos reduziu a identidade das militantes a vínculos familiares ou a papéis acessórios, desconsiderando sua autonomia política. Também se observou a minimização das violências específicas de gênero sofridas pelas mulheres no contexto repressivo. Os dados analisados indicam que a memória oficial construída sobre a resistência política reproduz padrões históricos de exclusão de gênero, reforçando a necessidade de abordagens mais plurais e inclusivas. Conclui-se que revisitar criticamente esses registros é fundamental para dar visibilidade às trajetórias femininas na luta contra o regime autoritário e para consolidar uma memória histórica mais democrática e representativa.

Palavras-chave: mulheres militantes; invisibilidade feminina; ditadura militar; feminismo.

Abstract: This study analyzes the representation of female political militants in the official records produced during the Brazilian civil-military dictatorship, focusing on practices of invisibility and erasure of their trajectories. The aim is to examine how the National Truth Commission portrayed women militants, highlighting the gaps, silences, and patterns of exclusion found in the official narrative. This is a qualitative research study with a documentary and bibliographic character, grounded in content analysis of official reports and documents, and guided by a critical gender perspective. The analysis revealed that, despite the significant role played by women in resistance movements, most historical records reduced their identities to family ties or secondary roles, disregarding their political autonomy. It also identified the minimization of gender-specific violence experienced by women under the repressive regime. The findings indicate that the official memory of political resistance reproduces historical patterns of gender exclusion, reinforcing the need for more pluralistic and inclusive approaches. It is concluded that critically revisiting these records is essential to giving visibility to women's trajectories in the struggle against authoritarianism and to consolidating a more democratic and representative historical memory.

Keywords: female militants; gender invisibility; military dictatorship; feminism.

1 INTRODUÇÃO

A resistência política à Ditadura Militar brasileira (1964–1985) foi composta pela atuação de diferentes coletividades e indivíduos que, em meio a um contexto de extrema violência institucional, insurgiram-se contra o autoritarismo imposto pelo regime. O período caracterizou-se por práticas sistemáticas de repressão aos opositores políticos, censura à liberdade de expressão, tortura, prisões arbitrárias, assassinatos e graves violações dos direitos humanos (Brasil, 2014). Frente a essas condições, diversas formas de resistência emergiram, abrangendo desde a mobilização clandestina e as ações armadas até a articulação de movimentos sociais e iniciativas culturais que buscavam manter viva a luta pela liberdade e pela democracia no Brasil.

Nesse cenário de opressão e violência, a presença feminina no espaço político era amplamente desestimulada por uma cultura patriarcal que relegava as mulheres ao domínio privado, aos afazeres domésticos e ao cuidado familiar. Tradicionalmente concebidas como sujeitos alheios à política, as mulheres foram sistematicamente excluídas das narrativas públicas de resistência. No entanto, na contramão dessa lógica social excludente, emergem mulheres fortes, intelectuais, corajosas e protagonistas de sua própria história: as mulheres militantes. Elas desafiaram as normas impostas, reivindicando seu espaço na luta contra o autoritarismo e contribuindo de forma decisiva para a construção da resistência política durante a ditadura.

Conforme observa Colling e Cavalcanti Junior (2019), a mulher militante nos partidos de oposição à Ditadura Militar era duplamente vista como transgressora: por confrontar a política golpista e por romper com o papel social tradicionalmente atribuído às mulheres. Sua presença no espaço político causava estranhamento entre os setores conservadores, que consideravam a atuação feminina fora dos limites estabelecidos para os dois sexos.

Esta pesquisa nasce do reconhecimento de que, no contexto da resistência à Ditadura Militar, as mulheres enfrentaram não apenas a repressão política, mas também o desafio de construir espaços próprios de memória e visibilidade. Teles e Leite (2013) destacam que a imprensa feminista no Brasil representou uma forma de romper com o apagamento histórico e de afirmar a contribuição política das mulheres, diante de uma cultura que tendia a invisibilizar suas trajetórias. Compreender a relação entre memória, gênero e resistência

política torna-se essencial para dar visibilidade a essas trajetórias silenciadas, que desafiaram os papéis tradicionais impostos pela sociedade patriarcal e enfrentaram o regime autoritário com coragem e protagonismo.

A persistência das desigualdades de gênero se manifesta tanto nas estruturas institucionais quanto nas práticas cotidianas, limitando a participação plena das mulheres na vida política e restringindo o alcance democrático. A memória coletiva e a narrativa histórica, ao invisibilizarem as contribuições femininas, reforçam essas barreiras (Biroli, 2018).

A questão que orienta este estudo é: como as mulheres militantes políticas foram representadas nos registros históricos e memorialísticos relativos à Ditadura Militar? A partir desta problemática, o objetivo do estudo é analisar a representação das mulheres militantes nos registros da Comissão Nacional da Verdade (CNV), atentando para as lacunas, os silêncios e os padrões de apagamento que caracterizam o relato oficial.

O referencial teórico adotado, parte do conceito de memória social como uma construção coletiva e dinâmica, permeada por conflitos, disputas simbólicas e escolhas seletivas, conforme proposto por Maurice Halbwachs (1990) e aprofundado por Michael Pollak (1989). Entende-se a memória não como um espelho fiel dos acontecimentos passados, mas como um espaço de tensões, onde determinadas narrativas são legitimadas enquanto outras são sistematicamente silenciadas.

Dar visibilidade às mulheres que resistiram à Ditadura Militar constitui um ato político de resistência ao silêncio e de reafirmação dos valores democráticos, além de enfrentar os discursos revisionistas que tentam minimizar as violações de direitos humanos ocorridas no Brasil (Primo; Brayner, 2018). Representar essas trajetórias é fundamental para a construção de uma memória histórica mais plural, justa e representativa, capaz de reconhecer a diversidade das experiências de resistência que moldaram o país.

2 O PAPEL DAS MULHERES NA RESISTÊNCIA À DITADURA

De acordo com Gaspari (2002), a instauração da Ditadura Militar no Brasil, em 1964, consolidou um regime autoritário baseado na repressão sistemática a movimentos sociais, partidos políticos de oposição e toda forma de contestação popular. Conforme Skidmore (1988), esse período foi caracterizado pela perseguição política, pela censura à imprensa, pelas prisões arbitrárias, pela prática institucionalizada da tortura e pelos assassinatos políticos, configurando um dos mais severos episódios de violação dos direitos humanos na

história nacional.

Nesse cenário de repressão e violência de Estado, as mulheres desempenharam papel central nas diversas formas de resistência. De acordo com Ribeiro (2011), atuaram tanto em atividades clandestinas — como comunicação, enfermagem, suporte logístico e inteligência — quanto em ações de mobilização social e luta armada direta. Inicialmente limitadas a funções consideradas auxiliares, muitas delas, conforme registrado nos *Relatórios da Comissão Nacional da Verdade* (Brasil, 2014, v. 3), romperam essas expectativas e assumiram posições estratégicas e de liderança dentro das organizações revolucionárias, evidenciando notável capacidade de articulação política, resistência física e coragem diante de contextos extremos de risco.

A participação feminina em grupos como a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) revela a ruptura das mulheres com os papéis tradicionais impostos pelo patriarcado da época. Conforme aponta Ribeiro (2011), o ingresso e a ascensão das mulheres nesses espaços representaram um processo de contestação ativa tanto da opressão política quanto da opressão de gênero, ainda que, paradoxalmente, as organizações revolucionárias também reproduzissem, em alguma medida, relações hierárquicas e desigualdades de gênero no interior de suas estruturas.

Conforme relatado no volume 3 do *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (Brasil, 2014, v. 3), muitas mulheres participaram de ações de enfrentamento direto, envolvendo operações de expropriação bancária, sequestros de figuras públicas e a coordenação de estratégias de resistência à repressão do regime.

Segundo Primo e Brayner (2018), a resistência à Ditadura Militar não pode ser compreendida como um fenômeno exclusivamente masculino, mas deve ser reconhecida como um processo histórico também protagonizado por mulheres, que enfrentaram não apenas a repressão do regime, mas igualmente as limitações impostas pelas estruturas sociais e políticas de seu tempo. Contudo, como será discutido nas próximas seções, os registros oficiais, em especial o *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (Brasil, 2014, v. 3), corroboram a compreensão de que as mulheres foram sistematicamente marginalizadas e tiveram suas trajetórias invisibilizadas nas narrativas sobre a resistência. Longe de omitir, esses documentos evidenciam, por meio de relatos e dados, como o contexto repressivo e a posterior construção da memória contribuíram para reforçar estereótipos e minimizar o

protagonismo feminino.

3 INVISIBILIDADE E MARGINALIZAÇÃO DAS MULHERES NOS REGISTROS OFICIAIS

Apesar da expressiva participação de pessoas que se identificavam como mulheres na resistência política à Ditadura Militar, suas trajetórias foram, em grande medida, invisibilizadas, conforme demonstram os registros oficiais de memória. Essa ausência reflete uma lógica histórica de exclusão de gênero, que se manifesta tanto no silenciamento intencional quanto na reprodução de narrativas androcêntricas, em que o protagonismo político é majoritariamente associado a figuras masculinas (Brasil, 2014, v. 3).

O *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, publicado em 2014 [3 v.], representa um importante avanço na tentativa de reconstruir a memória histórica sobre as violações de direitos humanos ocorridas no período. No entanto, conforme observam Primo e Brayner (2018), mesmo esse esforço institucional reproduziu, em alguma medida, a invisibilização das mulheres enquanto agentes políticos autônomos. Embora suas experiências de prisão, tortura e assassinato tenham sido registradas, sua atuação como organizadoras, estrategistas e lideranças dos movimentos de resistência permanece minimizada, de acordo com o relato oficial.

De acordo com o *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (Brasil, 2014, v. 1, p. 501), a maior parte das vítimas de desaparecimento forçado entre 1964 e 1985 era composta por homens, representando 89% dos casos oficialmente reconhecidos. Esse dado revela a baixa proporção de mulheres entre os nomes registrados, ainda que sua participação nos movimentos de resistência tenha sido significativa

Os registros oficiais e os depoimentos à CNV evidenciam que a marginalização e a invisibilidade das mulheres na resistência à ditadura resultaram de violências de gênero associadas a estereótipos que desqualificaram sua atuação política. Embora documentem as violações sofridas, esses registros também revelam como a narrativa histórica minimizou seu protagonismo, reforçando a necessidade de resgatar essas trajetórias para uma memória mais completa e justa.

4 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E O SILENCIAMENTO DE GÊNERO

De acordo com Halbwachs (1990), a memória social é um processo coletivo, dinâmico e seletivo de construção do passado, permeado por disputas de poder que definem o que será

lembrado, esquecido ou marginalizado. Longe de ser um espelho neutro dos acontecimentos históricos, a memória é produzida socialmente, em ambientes atravessados por relações de força, interesses políticos e lógicas de dominação simbólica.

As disputas narrativas desempenham um papel central na configuração da memória coletiva. Conforme analisa Pollak (1989), a memória constitui um campo de tensões e negociações permanentes, no qual os grupos sociais hegemônicos detêm maior capacidade de impor suas versões dos acontecimentos. De acordo com Primo e Brayner (2018), no contexto da resistência política brasileira, esse poder simbólico se traduziu na preponderância de narrativas masculinas: enquanto as experiências dos homens militantes foram amplamente reconhecidas e registradas, as trajetórias femininas foram frequentemente relegadas a notas de rodapé, secundarizadas ou enquadradas em estereótipos que negavam sua agência política.

A atuação da historiografia tradicional e dos arquivos institucionais contribuiu para reforçar padrões de invisibilização. De acordo com Ribeiro (2011), durante décadas, a produção historiográfica privilegiou eventos de enfrentamento militar mais visíveis, negligenciando formas alternativas de resistência, como a organização comunitária, a comunicação clandestina, a criação de redes de solidariedade e o trabalho de base — espaços nos quais a atuação feminina foi decisiva.

Conforme argumenta Scott (1986), a seleção dos eventos considerados dignos de memória é atravessada por concepções de gênero que moldam o que é reconhecido como historicamente relevante. As práticas e experiências associadas às mulheres, muitas vezes ligadas à vida cotidiana e comunitária, foram sistematicamente desvalorizadas, resultando em sua marginalização nas narrativas oficiais da história.

O gênero não deve ser entendido como uma essência fixa, mas como uma construção performativa, reiterada e normatizada por discursos e práticas sociais. Interrogar o gênero na história significa questionar os regimes de verdade que definem quais corpos e experiências são reconhecidos como politicamente relevantes (Butler, 2018).

Ao não reconhecerem plenamente o papel das mulheres, os registros oficiais consolidaram uma memória histórica fragmentada e excludente. Como analisam Teles e Leite (2013), as contribuições femininas na resistência, embora vitais, foram historicamente minimizadas tanto pelos agentes da repressão quanto pelas próprias organizações de esquerda, que nem sempre superaram o viés patriarcal em suas práticas internas.

Conforme Castro (2014), a construção parcial da memória não é apenas um problema de representação, mas impacta profundamente a forma como o passado é compreendido, os direitos são reivindicados e as narrativas de pertencimento político são elaboradas no presente. Questionar essas lacunas e representar as experiências silenciadas é, portanto, mais do que uma tarefa historiográfica: é um ato de justiça histórica e de reafirmação dos princípios democráticos. Recontar a história da resistência incorporando as trajetórias femininas significa afirmar uma memória mais plural, inclusiva e comprometida com a complexidade das experiências humanas.

O reconhecimento das mulheres como protagonistas da resistência é também um gesto de reparação simbólica: dar voz às suas histórias é insurgir-se contra as estruturas que, por tanto tempo, ditaram quem merecia ser lembrado e quem deveria ser esquecido. E, assim, contribuir para a construção de uma memória histórica que acolha a diversidade de sujeitos e experiências que lutaram, em múltiplas frentes, contra a violência do Estado autoritário.

5 FEMINISMO, RESISTÊNCIA E REIVINDICAÇÃO DA MEMÓRIA

O movimento feminista brasileiro, especialmente a partir da década de 1970, consolidou-se em estreita relação com a resistência ao regime autoritário e com as lutas pela redemocratização. Como observa Alvarez (2014), a participação das mulheres nesse contexto articulou experiências de repressão política, exílio e militância clandestina a uma crítica estrutural ao patriarcado, presente tanto na sociedade civil quanto nas próprias organizações oposicionistas. Nesse cenário, Biroli (2018) destaca que o enfrentamento simultâneo ao autoritarismo e à desigualdade de gênero contribuiu para a formulação de um feminismo politicamente autônomo, capaz de tensionar hierarquias internas e ampliar as pautas da resistência.

As experiências vividas durante a repressão impulsionaram novas formas de organização e reivindicação política. Segundo Pinto (2003), ao lado das demandas pela abertura política, emergiu a crítica à opressão de gênero como dimensão indissociável do projeto democrático. Essa perspectiva ampliou o escopo das lutas, incorporando questões relacionadas às relações sociais, culturais e familiares. Nesse processo, Miguel (2021) aponta que a militância feminina também se constituiu como espaço de disputa simbólica, questionando narrativas históricas que tendiam a restringir a participação das mulheres a papéis secundários.

A produção e a circulação de memórias femininas foram estratégias centrais nessa disputa. Conforme Ballestrin (2017), iniciativas como os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, criados a partir de 1975 por ex-militantes, configuraram-se como práticas de resistência documental e discursiva, rompendo com o apagamento institucionalizado e produzindo novas narrativas sobre a participação das mulheres na luta política. Esses registros, ao mesmo tempo em que preservam a memória da resistência, também reafirmam o papel das mulheres como agentes históricos e políticos.

Nesse sentido, reivindicar a memória das mulheres militantes não se limita à preservação de registros, mas constitui um ato político que confronta estruturas patriarcais e discursos oficiais excludentes. Para Biroli (2018), a visibilidade dessas trajetórias desafia a naturalização das desigualdades e reforça a importância de inscrever as mulheres como protagonistas na história política do país. Ao mesmo tempo, Alvarez (2014) enfatiza que a multiplicidade de experiências e identidades de gênero deve ser reconhecida como parte fundamental da narrativa democrática.

Assim, a memória das mulheres que atuaram na resistência à ditadura integra um projeto mais amplo de democratização da história e da sociedade. Representar essas trajetórias é, simultaneamente, um gesto de justiça histórica e uma estratégia de disputa no presente, projetando futuros nos quais a historiografia seja continuamente revisitada, ampliada e reconstruída a partir das vozes historicamente silenciadas.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, voltada para a compreensão crítica dos processos de construção da memória histórica e da representação de gênero no contexto da resistência à ditadura civil-militar brasileira (1964–1985). Trata-se de um estudo documental e bibliográfico, fundamentado na análise de registros institucionais e produções acadêmicas relacionadas à temática.

O método utilizado foi a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que a define como um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas de descrição do conteúdo das mensagens, capaz de gerar indicadores que permitam inferências sobre as condições de produção e recepção dessas mensagens. Essa abordagem foi empregada com o objetivo de identificar padrões de apagamento, silenciamento e sub-representação das trajetórias de mulheres nos documentos oficiais, com especial atenção ao *Relatório da Comissão Nacional*

da Verdade (Brasil, 2014, v. 3). A análise procurou compreender de que forma essas práticas contribuíram para a consolidação de narrativas históricas dominantes e para a exclusão das experiências femininas da memória oficial.

As fontes primárias consideradas incluíram o *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (Brasil, 2014, v. 3), documentos de memória e direitos humanos, e materiais arquivísticos de organizações políticas que atuaram durante o regime militar. Como fontes secundárias, foram utilizadas obras acadêmicas recentes sobre memória social, estudos de gênero e história da resistência à ditadura no Brasil.

O cruzamento entre fontes primárias e secundárias permitiu uma abordagem crítica e comparativa, orientada para a identificação de lacunas nos registros históricos e para a proposição de uma releitura que valorize a participação política das mulheres, reconhecendo suas múltiplas formas de resistência ao autoritarismo.

7 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados obtidos a partir do *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* [2014, 3 v.] revelou a persistência de padrões sistemáticos de ocultamento e apagamento das mulheres militantes políticas durante a Ditadura Militar. Embora essas mulheres tenham desempenhado papéis fundamentais na resistência, sua representação nos registros oficiais permanece fragmentada, secundarizada e, em muitos casos, praticamente omitida.

O exame das biografias presentes no *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (Brasil, 2014, v. 3), especialmente no volume 3, revelou um padrão narrativo que expressa formas de invisibilização da militância feminina. Embora as mulheres tenham desempenhado papéis relevantes na resistência à ditadura, as narrativas oficiais tendem a destacar aspectos da vida pessoal, formação acadêmica e relações afetivas, relegando a militância a menções breves ou associadas a figuras masculinas. Já as biografias masculinas privilegiam a trajetória política, cargos ocupados, ações armadas e enfrentamento à repressão.

Essa constatação relaciona-se diretamente à questão central da pesquisa — como as mulheres militantes foram representadas — e reafirma a adequação da abordagem documental adotada. Observa-se que os dados apresentados derivam de trechos *ipsis litteris* do *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (Brasil, 2014, v. 3), o que evidencia a materialidade empírica e permite perceber, de forma explícita, o percurso analítico e interpretativo desenvolvido.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Quadro 1 – Comparação da ênfase narrativa nas biografias

Identificação	Trecho <i>ipsis litteris</i> (CNV)	Ênfase narrativa	Observação/ Interpretação
Angelina Gonçalves (mulher)	<i>“Nascida no estado do Rio Grande do Sul... começou a trabalhar aos 13 anos... Teve uma filha... Participou da Sociedade União Operária... e era filiada ao PCB.”</i> (Brasil, 2014, v. 3, p. 30).	Origem, condição socioeconômica, trajetória laboral/familiar; militância genérica.	Foco biográfico dilui agência política.
Catarina Helena Abi Eçab (mulher)	<i>“Nascida na cidade de São Paulo... passou a usar o nome [...] depois do casamento... O casal se conheceu cursando Filosofia... integrando-se ao movimento estudantil. Ambos militaram na ALN.”</i> (Brasil, 2014, v. 3, p. 266).	Formação e relação conjugal; militância vinculada ao marido.	Militância aparece como extensão do vínculo conjugal.
Heleny Ferreira Telles Guariba (mulher)	<i>“Formou-se em Filosofia pela USP... especializou-se em cultura grega... trabalhou como professora... morou na Europa... militou, ao lado do marido, na VPR... continuou atuando na militância política. Foi presa...”</i> (Brasil, 2014, v. 3, p. 642).	Formação/carreira e vida conjugal detalhadas; militância breve.	Mesmo com prisão, a narrativa privilegia estudos e trajetória pessoal.
João Antonio Santos Abi Eçab (homem)	<i>“Sua vida política teve início no movimento estudantil... participou da Comissão de Estruturação de Entidades... compôs o Diretório Acadêmico... foi detido no DOPS...”</i> (Brasil, 2014, v. 3, p. 260).	Trajetória política, funções e enfrentamento.	Ênfase em agência, cargos e ações concretas.
Stuart Edgar Angel Jones (homem)	<i>“Sua militância política foi iniciada... já havia se tornado dirigente da organização estando à frente de operações armadas...”</i> (Brasil, 2014, v. 3, p. 598).	Liderança e operações.	Protagonismo e feitos estratégicos são o eixo da narrativa.

Fonte: adaptação própria de Brasil (2014, v. 3).

A comparação mostra que, mesmo quando as mulheres tiveram envolvimento político ativo, o registro oficial opta por enquadrá-las prioritariamente em dimensões biográficas e relacionais, enquanto os homens recebem narrativas centradas em ações, liderança e papel histórico. Essa assimetria confirma o argumento de que há um viés de gênero na forma como a memória oficial registra a militância.

Além dessa diferença estrutural nas biografias, o relatório também documenta, no Volume 1, outras dimensões do apagamento e da violência de gênero contra militantes. A análise de conteúdo identificou quatro categorias principais:

1. Redução da identidade política a vínculos familiares ou sociais;
2. Humilhação sexista e desqualificação moral;
3. Violência sexual como método de repressão;
4. Instrumentalização da família como forma de tortura.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

O Quadro 2, a seguir, apresenta essas categorias com trechos *ipsis litteris* e respectivas interpretações, reforçando a materialidade da análise.

Quadro 2 – Categorias de análise, trechos documentais e interpretação

Categoria de análise	Trecho <i>ipsis litteris</i> (CNV)	Interpretação e relação com o objetivo
Minimização da militância nas biografias femininas	<i>“Nascida na Síria, Labibe Elias Abduch foi criada no Brasil. Foi casada com Jorge Nicolau Abduch, com quem tinha três filhos. Morreu aos 65 anos de idade.”</i> (Brasil, 2014, v. 3, p. 116).	Ênfase em origem e vida familiar, com menção genérica à militância — enquadramento que dilui agência política feminina.
Humilhação sexista e desqualificação	<i>“Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma. [...] ‘Tu é uma vadia, tu não presta’.”</i> – Izabel Fávero. (Brasil, 2014, v. 1, p. 400).	Exposição do componente de gênero na repressão, negando legitimidade política às militantes.
Violência sexual como método	<i>“O choque na vagina, no ânus, nos mamilos [...] fui colocada em cima de uma mesa e fui obrigada a dançar para alguns policiais, nua.”</i> – Márcia Bassetto Paes. (Brasil, 2014, v. 1, p. 407).	Violência sexual como estratégia deliberada de intimidação e humilhação política.
Dificuldade de reconhecimento da violência	<i>“[Até] poucos anos atrás eu achava que não tinha sofrido [violência sexual] [...] Eu fui estuprada com um cassete no 1º Distrito.”</i> – Ana de Miranda Batista. (Brasil, 2014, v. 1, p. 418).	Demonstra como definições restritas dificultaram nomear e registrar violências, perpetuando o apagamento.
Instrumentalização da família	<i>“Tive os meus filhos sequestrados e levados para sala de tortura [...] Toda nossa tortura era feita [com] as mulheres nuas.”</i> – Maria Amélia Teles. (Brasil, 2014, v. 1, p. 410).	Alcançar redes afetivas foi técnica de repressão; o gênero agrava a desumanização e o silenciamento.

Fonte: Adaptação própria de Brasil (2014, v. 1 e 3).

Ao iniciar com o contraste nas biografias e, em seguida, apresentar as categorias de violência e silenciamento, a análise evidencia, de forma articulada e ancorada em documentação, que a invisibilização das mulheres militantes não se restringe à quantidade reduzida de nomes registrados. Tal invisibilização manifesta-se também na maneira como são narradas, privilegiando aspectos pessoais em detrimento de sua agência política. A utilização de trechos *ipsis litteris*, combinada à categorização analítica, assegura a materialidade empírica e a consistência metodológica da investigação.

A análise empreendida permite compreender que a forma como as mulheres militantes foram registradas no *Relatórios da Comissão Nacional da Verdade* [2014, 3 v.] reflete dinâmicas estruturais de gênero, marcadas pelo patriarcado e pelo machismo, que historicamente relegaram as mulheres a papéis secundários nas narrativas oficiais. As assimetrias observadas, tanto na ênfase narrativa das biografias quanto na documentação das violências sofridas, evidenciam que a invisibilização não é apenas quantitativa, mas qualitativa, incidindo sobre a própria construção da memória política. Ao reunir depoimentos e registros *ipsis litteris*, o relatório revela, ainda que de forma não intencional, a persistência desses padrões, permitindo que sejam identificados, analisados e criticados à luz de uma perspectiva histórica e de gênero.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa examinou a representação das mulheres militantes políticas nos registros da CNV, revelando que a invisibilização de suas trajetórias na memória oficial da resistência à ditadura civil-militar não se explica pela ausência de registros, mas pelas dinâmicas estruturais de gênero — atravessadas pelo patriarcado e pelo machismo — que moldaram a construção dessas narrativas. A análise documental evidenciou que, mesmo diante de contribuições relevantes e de vivências marcadas por prisões, torturas, mortes e outras formas de repressão, as narrativas biográficas frequentemente privilegiam aspectos pessoais, relacionais e formativos, relegando a militância política a um plano secundário ou associando-a a figuras masculinas.

Ao integrar depoimentos e trechos *ipsis litteris* do relatório, observou-se que as mulheres foram não apenas silenciadas quantitativamente, mas qualitativamente, por meio de enquadramentos narrativos que diminuem sua agência política. Paralelamente, os relatos registrados pela CNV — que expõem violências físicas, psicológicas, sexuais e estratégias repressivas direcionadas também a familiares e redes afetivas — constituem evidências contundentes das violações sofridas, permitindo visibilizar padrões históricos de repressão de gênero. Nesse sentido, a documentação reunida pela CNV, ainda que marcada por assimetrias narrativas, cumpre um papel central ao oferecer materialidade para a crítica e para a reconstrução de uma memória mais inclusiva.

Dar visibilidade a essas trajetórias não se limita a um exercício de recuperação histórica; trata-se de um ato político que contribui para ampliar a compreensão sobre a diversidade de sujeitos que compuseram a resistência e para tensionar estruturas narrativas excludentes.

A Ciência da Informação desempenha, nesse contexto, um papel estratégico, ao mediar eticamente o acesso à memória, preservar narrativas marginalizadas e garantir que fontes representativas e plurais sejam incorporadas aos acervos e às pesquisas.

Os resultados alcançados indicam a necessidade de novos estudos que aprofundem a análise da participação das mulheres em diferentes formas de resistência — incluindo práticas menos visibilizadas nos registros oficiais, como a militância comunitária, a educação popular e a imprensa alternativa. Recontar essas histórias é não apenas uma forma de fazer justiça às gerações, da igualdade de gênero e da preservação de uma memória histórica crítica e

democrática.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 43, p. 13-56, 2014. Disponível em: www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 ago. 2025.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 24, p. 89-117, 2017. <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069/1827>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. 976 p. v. 1. Disponível em: www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/cnv. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**: mortos e desaparecidos. Brasília: CNV, 2014. 1996 p. v. 3. Disponível em: www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/cnv. Acesso em: 27 abr. 2025.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTRO, João Paulo Macedo. Ritos da Memória: trajetórias e experiências sobre a Ditadura Militar. **Revista Mana**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 7-38, 2014. Disponível em: www.scielo.br/j/mana/a/FYGRFrVvPL88JbBdDZ9pp9h/?format=pdf. Acesso em: 26 abr. 2025.

COLLING, Ana Maria; CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. Militantes e guerrilheiras: as mulheres e a ditadura militar no Brasil. **Revista Espacialidades**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 47- 61, nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/19186/12211>. Acesso em: 26 abr. 2025.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Democracia e representação**: territórios em disputa. São Paulo: Unesp, 2021.

PASSOS, Daniela Oliveira R.; DUARTE, Renata Garcia Campos; PATROCÍNIO, Isabelle Guedes. Mulheres, história do trabalho e educação: a representação feminina por meio do jornal O Labor (1905). In: PASSOS, Daniela Oliveira R.; ANDRADE, Ana Paula; GUEDES, Rayane Silva.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

(org.). **Ser mulher no século XXI: desafios, direitos, conquistas e vivências.** Belo Horizonte: Ed. UEMG, 2023. p. 38–58.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRIMO, Angela; BRAYNER, Giselle. Nunca mais o silêncio: por uma política das memórias do feminino na resistência. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 155-173, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17782>. Acesso em: 27 abr. 2025.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN.** 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26042012-163246/pt-br.php. Acesso em: 27 abr. 2025.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2007.

SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, [S. l.], v. 91, n. 5, p. 1053–1075, 1986. Disponível em: www.jstor.org/stable/1864376. Acesso em: 26 abr. 2025.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TELES, Amelinha; LEITE, Maria Amélia de Almeida. **Da guerrilha à imprensa feminista: a criação do Brasil Mulher.** São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

VICENTE, Camila da Silva; LUZ, Suelen Cristine de Oliveira. A militância feminista na e pós-ditadura civil-militar no Brasil: Amelinha Teles. **Revista Anômalas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 160-179, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/article/view/74530>. Acesso em: 25 abr. 2025.